

O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Kerllen Rosa da Cunha Bonome

Resumo.

Na Constituição Federal de 1988, há normas fundamentais e princípios jurídicos contraditórios entre si. Como sabemos, não há hierarquia entre as normas e os princípios constitucionais. Tais divergências não podem abalar o Estado democrático de direito aspirado pela sociedade brasileira e consagrado pela nossa Carta Política. A fim de que crises entre Estado, cidadãos e órgãos públicos e privados sejam evitadas, ou ao menos, solucionadas, é mister aplicar um princípio de fundamental importância: *o Princípio da Proporcionalidade*.

Palavras-Chaves: Princípio da Proporcionalidade. Direitos e Garantias Fundamentais. Hermenêutica Constitucional.

INTRODUÇÃO

O artigo objetiva discorrer sobre o princípio da proporcionalidade a partir dos estudos empreendidos pelos mais recentes doutrinadores pátrios. Inicia-se com a clássica discussão a respeito do papel dos intérpretes da lei quanto à sua existência como corolário da segurança jurídica. Em seguida, são abordados o surgimento do princípio da proporcionalidade e sua evolução na Europa e no Brasil. Outrossim, é levantada a questão dos fundamentos deste princípio para, depois, elencar os subprincípios desenvolvidos pela doutrina, os quais permitem sua aplicação com uma objetividade prática.

1. A QUESTÃO DA LEGALIDADE E DA SEGURANÇA JURÍDICA

Os escribas e fariseus trouxeram à sua presença uma mulher surpreendida em flagrante adultério e, fazendo-a ficar de pé no meio de todos, disseram a Jesus: Mestre, esta mulher foi apanhada em flagrante adultério. E na lei nos mandou Moisés que tais mulheres sejam apedrejadas; tu, pois, o que dizes?

O princípio da divisão dos Poderes que garante a autonomia do Poder Legislativo – aí compreendida a ampla discricionariedade de sua atuação normativa alicerçada no paradigma do Estado democrático de direito que por sua vez legitima o ordenamento jurídico positivo promulgado – ainda é uma questão crucial para nossa sociedade contemporânea, apesar deste polêmico tema existir há muito tempo, como podemos inferir da leitura acima destacada. Segundo Hans Kelsen (1979, p. 40, 56), o Direito apresenta-se como ordens da conduta humana em diferentes épocas e com diferentes povos, e mais, como ordens *coativas* da conduta humana. E quando a conduta é prescrita por uma autoridade supra-humana, ela é qualificada de um valor absoluto. Naquele excerto, os doutores da lei confrontam Jesus com uma das normas prescritas no Direito mosaico, o qual é *ius divinum*, poder legiferante de autoridade inquestionável; portanto, neste sentido, não se pode questionar a norma, apenas deve-se pressupô-la. Um sistema como este cuja validade das normas fundamenta-se na atribuição de poder a uma autoridade legisladora é denominado por Kelsen (1979, p. 270, 271) de sistema dinâmico de normas, compreendendo um princípio dinâmico. Por outro lado, o sistema estático de normas extrai seu fundamento de validade e conteúdo de validade de uma norma pressuposta como norma fundamental, compreendendo um princípio estático. Os dez mandamentos é um exemplo de norma que contém estes dois princípios.

A derradeira frase “*Tu, pois, o que dizes?*” ecoa até nossos dias com uma atualidade impressionante. Como o intérprete, o operador do direito deve agir diante de um caso concreto? Resolver a questão através da *subsunção* do fato à lei, aplicando a sanção prevista na norma – premissa maior – ao caso apresentado – premissa menor e, assim, empreender a correta aplicação do Direito? Ou contrariar a lei estatuída como ordem de segurança, de paz, ‘desautorizando’ o poder legiferante e quebrando o silogismo formal?

Se a lei mosaica, Torah (em hebraico, □□□□), era a legislação sagrada para os judeus, a Constituição é, para a nossa sociedade, o paradigma máximo do Estado democrático de direito, um fator cogente de aplicação e interpretação de todo o ordenamento jurídico, parecendo-nos demonstrar que é inerente ao ser humano a necessidade de um parâmetro ideal, seja ele proveniente da fé ou da razão.

E, mesmo sabendo que nossa lei advém da razão imperfeita e incompleta, a força convergente da norma positivada ainda é ‘sacralizada’ por variados argumentos, tais como o da liberdade de conformação dos direitos exercida politicamente pelo legislador, o da ameaça aos princípios da segurança jurídica e da igualdade ao se relativizar as regras de direito ou, ainda, aquele que aponta para a intervenção do Poder Judiciário como um ‘perigo ao princípio da divisão dos Poderes’, ao erigir juízes a legisladores, mesmo que seja para substituir ou corrigir uma lei imperfeita.

Entretanto, esta mesma corrente que reduziu o direito à lei tem sido criticada por outros argumentos ainda mais pertinentes, dentre eles o da ilegitimidade histórica da elite que privatizou os privilégios e os lucros e socializou os prejuízos que resultaram num enorme *déficit* econômico, social e cultural; no caso brasileiro, o argumento da ineficácia das Constituições que se sucediam, sem cumprir com a finalidade de democracia e cidadania plena, frustrando as promessas de uma vida digna; ou, ainda, na Alemanha e na Itália, o triste resultado deixado pelo nazismo e pelo fascismo que ascenderam ao poder usurpando o positivismo jurídico o qual, em nome do rigor científico, distanciou o direito da moral e dos valores transcendentais, propiciando um terreno fértil para as atrocidades cometidas pelo III Reich sob os auspícios da lei (Barroso: 2003, p.290).

Diante deste quadro, houve grande empenho em superar tanto o jusnaturalismo como o positivismo, preservando idéias e conceitos de ambos, mas com o intuito de se chegar a novas propostas, sendo a Constituição o corolário das novas perspectivas, erigida a estatuto jurídico-político fundamental da sociedade e do Estado porquanto instituída por um Poder Constituinte originário e democrático, instrumento básico de garantia jurídica.

A este esforço, alguns dão o nome de pós-positivismo, onde a racionalidade das normas constitucionais abarca diversos métodos e espécies de interpretação da ‘norma fundamental’, enriquecendo a hermenêutica jurídica. Como leciona Larenz, citado por Raquel D. Stumm (1995, p. 23), *in verbis*:

Compreender uma norma jurídica requer o desvendar da valoração nela imposta e o seu alcance. A sua aplicação requer o valorar do caso a julgar em conformidade a ela ou, dito de outro modo, acolher de modo adequado a valoração contida na norma, ao julgar o caso.

Dentre os diversos métodos de interpretação constitucional há o método clássico formulado por Forsthoff, no qual o processo de interpretação deve passar por todas as fases indicadas por Savigny: a interpretação sistemática, a histórica, a lógica e a gramatical; há, também, o da teoria dos valores onde se aplica a norma constitucional aos casos concretos, considerando valores que acabam por transcender os quadros da lei, abstraídos da política, da sociologia, da história, da cultura em geral e dos princípios comunitários; cabe citar, ainda, o método tópico de interpretação constitucional que considera as normas por si insuficientes para fornecerem soluções; antes, seriam *tópicos – standards*, lugares-comuns, idéias-condutoras – provenientes de normas, de princípios jurídicos, de decisões jurisprudenciais, de opiniões dominantes, do senso comum, dentre outros, permitindo situar a questão e fundamentar uma aplicação correta, racional e controlável da Constituição.

O método tópico-problemático é ainda mais interessante, pois tem como ponto de partida a supremacia do texto constitucional, porém não com o caráter de normas ou princípios normativos, mas como pontos de vista de interpretação, orientados pelo problema ou caso concreto na fundamentação do processo argumentativo tópico, sendo o intérprete aquele que determina a adequação ou não do ponto de vista interpretativo.

O professor Peter Häberle (1997, p. 15) vai ainda mais longe, apontando para os participantes da interpretação: para ele, a interpretação da Carta Política é um processo democrático *aberto*, pois

Todo aquele que vive no contexto regulado por uma norma e que vive com este contexto é, indireta ou, até mesmo diretamente, um intérprete dessa norma. O destinatário da norma é participante ativo, muito mais ativo do que se pode supor tradicionalmente, do processo hermenêutico. Como não são apenas os intérpretes jurídicos da Constituição que vivem a norma, não detêm eles o monopólio da interpretação da Constituição.

E, ainda para este mestre (1997, p. 11), a teoria da interpretação constitucional traz duas indagações importantes: sobre os métodos e sobre as tarefas e os objetivos da interpretação constitucional. Como tarefas, ele cita a justiça, a equidade, o equilíbrio de interesses, os resultados satisfatórios, a proteção efetiva da liberdade, a igualdade social, a segurança jurídica, a capacidade de consenso, a razoabilidade, dentre outros. E é justamente a razoabilidade ou proporcionalidade o tema central aqui abordado.

2. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

O princípio da proporcionalidade está fundamentalmente ligado à evolução dos direitos e garantias individuais da pessoa humana no que diz respeito ao problema da limitação do poder do Estado, entendido como *medida* das restrições administrativas da liberdade individual.

Suzana de Toledo Barros (1996, p. 35) ensina que é “durante a passagem do Estado Absolutista – em que o governante tem poderes ilimitados – para o Estado de Direito, que pela primeira vez emprega-se o princípio da proporcionalidade, visando a limitar o poder de atuação do monarca face aos seus súditos”.

Para Canotilho (2002, p. 267) o princípio da proporcionalidade nasceu na teoria do Estado que já o considerava no século XVIII como máxima suprapositiva, sendo introduzido no século seguinte no âmbito do Direito Administrativo como princípio geral do direito de polícia. Este princípio também é conhecido por *princípio da proibição do excesso* (*Übermassverbot*), galgando *status* de princípio constitucional, como por exemplo, na Constituição da República de Portugal.

Desde cedo o princípio da proporcionalidade como regra de razoabilidade (*rule of reasonableness*) influenciou a jurisprudência dos países de *Common Law*. Hodiernamente, é possível ver uma clara “europeização” do princípio da proibição do excesso mediante o cruzamento de diversas culturas jurídicas européias.

3. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE NA EUROPA E NO BRASIL

Apesar de no século XVIII, os doutrinadores prussianos, como por exemplo Svarez, referirem-se ao princípio da proporcionalidade, Canotilho (2002, p.270) diz que foi após a Segunda Guerra que o princípio expande-se com o fim de atender às necessidades tanto de juristas quanto de cidadãos preocupados na elaboração de um direito materialmente mais justo. E é este insigne professor quem discorre, brevemente, sobre o princípio da proporcionalidade nos países citados a seguir.

Em 1974, a Constituição Portuguesa previa, expressamente, que a lei só poderia restringir os direitos, liberdades e garantias nos casos expressamente previstos nela, sendo que estas limitações deveriam ficar restritas ao necessário para salvaguardar outros direitos ou interesses constitucionalmente protegidos.

O princípio da proporcionalidade na França não está expressamente previsto, mas a idéia existe subjacente, fundamentando diversos julgados, isto é, sujeitam-se os atos administrativos ao controle apertado do *erreur manifest d'apreciation*.

Na Alemanha, a jurisprudência do Tribunal Constitucional reconhece a inafastabilidade do controle da constitucionalidade das leis em seus três aspectos básicos: necessidade, adequação e proporcionalidade da medida restritiva – em outras palavras, estes aspectos básicos são os *princípios parciais* ou *subprincípios* que compõem o conteúdo do Princípio da Proporcionalidade.

Na Inglaterra, os poderes públicos começam a confrontar-se com o sentido substantivo do *manifest unreasonableness*, enquanto os juristas italianos procuram recortar os juízos de *manifesta illogicità e ragionevolezza*.

O princípio da proporcionalidade é também utilizado na jurisprudência do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem e na concretização/aplicação de algumas normas da Convenção Européia dos Direitos do Homem.

O princípio da proporcionalidade esteve presente nas discussões da Convenção Européia instituída com o objetivo de se elaborar uma Constituição para a União Européia, a qual já está em fase de votação pelos Estados-membros. Nota-se que a hierarquia das normas jurídicas da União Européia está organizada segundo dois eixos distintos:

– uma hierarquia vertical entre as diferentes categorias de atos normativos da União: tratados, diretivas, regulamentos, decisões individuais;

– uma hierarquia transversal entre os atos da União e os dos Estados-Membros assente em três princípios: a competência em termos de direito comum pertence aos Estados-Membros; as competências atribuídas à União baseiam-se nos *princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade* (Art I-11º Princípios fundamentais – nº 1); os atos de direito comunitário têm precedência sobre os dos Estados-Membros.

Portanto, a previsão expressa do princípio da proporcionalidade no texto desta Constituição é utilizada amplamente, tanto para limitar os poderes da União e de suas instituições, como para assegurar direitos fundamentais do cidadão europeu. Vejamos, *in verbis*:

Artigo I-11.º Princípios fundamentais

4. Em virtude do **princípio da proporcionalidade**, o conteúdo e a forma da ação da União não deve exceder o necessário para alcançar os objetivos da Constituição.

As instituições da União aplicam o **princípio da proporcionalidade** em conformidade com o Protocolo relativo à aplicação dos princípios da subsidiariedade e da proporcionalidade.

Artigo II-109.º Princípios da legalidade e da proporcionalidade dos delitos e das penas

3. As penas não devem ser **desproporcionadas** em relação à infração.

Artigo II-112.º Âmbito e interpretação dos direitos e dos princípios

1. Qualquer restrição ao exercício dos direitos e liberdades reconhecidos pela presente Carta deve ser prevista por lei e respeitar o conteúdo essencial desses direitos e liberdades. Na observância do **princípio da proporcionalidade**, essas restrições só podem ser introduzidas se forem necessárias e corresponderem efetivamente a objetivos de interesse geral reconhecidos pela União, ou à necessidade de proteção dos direitos e liberdades de terceiros.(grifei)

No Brasil, o princípio da proporcionalidade é incipiente. Tal nomenclatura vem sendo usada pelo nosso Supremo Tribunal Federal desde 1993, ocasião em que o acórdão proferido em sede de controle de constitucionalidade utilizou-o como argumento jurídico, apesar de haver julgados mais antigos que abordavam sobre a questão do controle de leis desproporcionais.

Portanto, apesar de não estar expressamente mencionado em nossa Carta Política, o princípio da proporcionalidade está implícito em sua visão sistemática, possibilitando o reconhecimento de sua existência, guiando, juntamente com outros princípios, a interpretação do magistrado e a elaboração de normas infraconstitucionais pelo legislador.

O princípio da proporcionalidade está presente, por exemplo, nos limites a que o legislador sujeita-se quando elabora normas, geralmente quando estas trazem uma tendência a restringir a esfera de algum direito fundamental ligado, outrossim, ao princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional (art. 5º, XXXV), ao princípio republicano, ao da cidadania, da dignidade da pessoa humana, dentre outros.

Detalhadamente, a aplicação do princípio da proporcionalidade *pari passu* ao princípio da igualdade resulta no tratamento diferenciado que busca adequar a lei às necessidades e peculiaridades de cada um; no art. 5º, V da Constituição Federal, há o direito de resposta proporcional ao agravo; no Direito Penal, há a individualização das penas proporcionais ao delito praticado; a composição da Câmara dos Deputados deve ser realizada em razão da população; no Direito Administrativo, a contratação temporária deve obedecer ao critério de necessidade; na má utilização do dinheiro público, a multa será proporcional ao dano causado; no Direito Tributário, as alíquotas devem ser proporcionais à capacidade econômica do contribuinte; e assim por diante.

4. FUNDAMENTOS DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

Inobstante seu histórico, o fundamento constitucional do princípio da proporcionalidade ainda é discutido, pois enquanto alguns julgados e também doutrinadores derivam-no do princípio do Estado de Direito, outros há que afirmam sua profunda ligação com os direitos fundamentais ou, ainda, com o princípio do devido processo legal.

Raquel D. Stumm (1995, p. 173) afirma que a fundamentação do princípio da proporcionalidade é realizada pelo princípio do devido processo legal – *due process of law* – originário da experiência constitucional americana. Segundo leciona Canotilho (2002, p.488) há duas teorias para se chegar aos critérios materiais que determinam o caráter *devido* ou *indevido* de um processo. A *teoria processual* adstringe este princípio à garantia de qualquer pessoa ao processo determinado pela lei antes que ela venha a ser privada de seus direitos fundamentais. Já a *teoria substantiva* diz que *due process* significa mais do que apenas o processo legal para garantir a justiça, sendo que tal princípio deve estar presente no “momento da criação normativo-legislativa”. E, hodiernamente, tal princípio abrange não apenas estas duas concepções, como também “o direito fundamental de recorrer aos tribunais para assegurar a defesa”.

No Estado democrático de direito, a proteção aos direitos fundamentais se dá sob duas dimensões: garantísticas e prestacionais. A primeira destaca-se pelo acesso à via judicial; a segunda, pelo afastamento dos óbices de acesso à Justiça através da criação de condições favoráveis pelo Estado e pela sociedade.

Canotilho (2002, p.494) denomina *dimensão garantística ou defensiva* a garantia de acesso ao Judiciário, visando à proteção de direitos de natureza prestacional. A dimensão garantística pressupõe os princípios jurídicos e as regras consagradores das liberdades e dos direitos fundamentais. A dimensão da natureza prestacional será caracterizada pela atividade do Estado, a qual consiste em assegurar condições materiais ao cidadão a fim de minorar, quiçá extinguir, os óbices à Justiça.

Portanto, se o princípio da proporcionalidade fundamenta-se no princípio do devido processo legal, sua concretização passa, obrigatoriamente, por um Poder Judiciário mais acessível.

Há os que defendem a tese de que o princípio da proporcionalidade fundamenta-se nos direitos fundamentais, pois eles constituem o ponto de convergência da concepção do Estado democrático de direito, expressos, inclusive, em documentos que pretendem uma validade global, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Pode-se dizer, portanto, que os direitos fundamentais resultam na união de ideais e pensamentos presentes em diversas civilizações, conjugados pelas reflexões filosófico-jurídicas, pelos arquétipos cristãos e pelo direito natural (Moraes, 1998, p.19).

Como ensina Suzana de T. Barros (2000, p. 215), “as normas de direitos fundamentais têm caráter de princípios”. E, precisamente, por não haver princípios absolutos ou hierarquia entre eles é mister o princípio da proporcionalidade, viabilizando tanto o controle da discricionariedade dos atos da Administração quanto a ponderação de princípios que entram em colisão, pois cada um deles traz uma carga semântica e de valor pertinentes de *per si*.

Exemplificando, o inciso X do art. 5º da CF declara a inviolabilidade da vida privada, da honra e da imagem da pessoa, enquanto que o inciso IX do mesmo artigo consagra o direito à liberdade de imprensa, independentemente de censura ou licença e no inciso IV garante a livre manifestação do pensamento; outrossim, o inciso XXII garante o direito de propriedade e o inciso XXIV prevê a mitigação deste direito através do instituto da desapropriação; há inúmeros outros, como a igualdade entre homem e mulher, etc..

É mediante o princípio da proporcionalidade que se torna possível a coexistência de normas e princípios contraditórios contidos na Constituição Federal, em mútua relação de implicação, com o equilíbrio de valores, objetivando controlar a relação de adequação da medida-fim. Assim, torna-se viável a atenção a determinados princípios e normas com a mínima desatenção aos divergentes.

5. OS SUBPRINCÍPIOS DO PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE

O princípio da proporcionalidade compreende os subprincípios da adequação, da exigibilidade (ou necessidade) e da proporcionalidade em sentido estrito. Além destes, há outros pressupostos importantes: a *legalidade* e a *justificação teleológica* e, como requisitos extrínsecos para sua aplicação, a *verificação da judicialidade* (órgão de onde emana a decisão judicial deve ser competente e respeitar as hipóteses de limitação previstas pela norma) e a *motivação*. Não podemos olvidar a consideração de outros princípios como o da concordância prática e o da proteção ao núcleo essencial da norma que garantem a aplicação escoreta do princípio da proporcionalidade.

O subprincípio da adequação é indicado pela famosa frase de Jellinek: “não se abatem pardais, disparando canhões”. A medida deve ser, portanto, apropriada para se alcançar o fim pretendido. É diante de uma situação concreta que um juízo de adequação da lei é feito.

O subprincípio da necessidade ou exigibilidade dispõe que a medida que restringe um direito fundamental seja indispensável, isto é, que não haja possibilidade de substituí-la por outra menos gravosa. Canotilho (2202, p.269) leciona que a doutrina procura acrescentar outros elementos a fim de orientar melhor a aplicação deste subprincípio:

- a *exigibilidade material* – o meio a ser utilizado deve poupar, ao máximo, a limitação aos outros direitos;
- a *exigibilidade espacial* – o âmbito da intervenção deve ser limitado;
- a *exigibilidade temporal* – a medida restritiva do poder público deve sofrer rigorosa delimitação no tempo;
- a *exigibilidade pessoal* – a medida restritiva deve restringir, tanto quanto possível, o grupo de pessoas que deverão ter seus interesses sacrificados.

O subprincípio da proporcionalidade em sentido estrito contém a idéia da justa medida, da relação entre meio e fim, implicando que o resultado da medida não pode ser menos benéfico do que o meio utilizado para atingi-lo. Trata-se de um juízo de ponderação.

CONCLUSÃO

O princípio da proporcionalidade deve ser aplicado a todas as modalidades de atos do Estado. Depreende-se do seu estudo que a aplicação de maior relevância deste princípio refere-se à restrição dos direitos, liberdades e garantias decorrentes de atos dos poderes públicos.

Sua efetiva aplicação na seara jurídica não pode ser inibida pelo dogma da atuação do legislador, aqui compreendido como uma ponderação de valores que apenas teria legitimidade se realizada por ele. Tal entendimento é incoerente com o Estado democrático de direito, pois o legislador, ao cumprir sua função de legislar, não se torna “dono” ou “autoridade máxima e absoluta” sobre o resultado de seu trabalho. A norma, uma vez integrante do ordenamento jurídico, não pertence a nenhum dos Poderes em particular, pertence à nação. Ela, a norma, não pode viver em função de determinada classe ou grupo, ela traz em si a história, a lógica, a sistematização, os conceitos, a elaboração doutrinária, a atuação da sociedade (em maior ou menor escala) que transcende sua fonte. E, se os doutrinadores entendem que mesmo quando há participação popular mais ativa na atividade legiferante, via referendo, plebiscito ou consultas públicas, trata-se de uma participação semi-direta, distanciando, conceitualmente, a sociedade da elaboração das normas (ao passo que penso tratar-se de participação direta, se considerarmos a dinâmica da sociedade contemporânea, pois é impraticável, certamente, a reunião de todo o povo em praça pública para legislar nos moldes da mais “pura” democracia grega), qual a esperança de participação direta que resta ao cidadão senão a apreciação do seu caso concreto pelo Poder Judiciário? Pois é neste momento que o juiz terá que fazer mais do que apenas “dizer o direito”, mas garantir-lhe a dignidade, a liberdade, a igualdade, a justiça, a solidariedade, a cidadania – fundamentos apregoados na Carta Política.

Voltando ao texto bíblico proposto inicialmente, aceitando as premissas de que a norma ali citada era divina e que o caso foi levado ao Deus-Filho, sua interpretação seria autêntica, superando, portanto, a questão da dicotomia: atividade legiferante e atividade judicante, pois Legislador e Juiz seriam a mesma pessoa. Porém, haveria outra questão a ser superada, trazida, capciosamente, pelos doutores da Lei: obedecer ou desobedecer ao mandamento divino? Entretanto, conhecemos e até hoje repetimos a célebre resposta dada por Jesus: “Aquele que dentre vós estiver sem pecado seja o primeiro a atirar-lhe a pedra.” Ele colocou a questão da ponderação, do sopesamento de bens e valores às pessoas ali presentes, cabendo a elas a decisão final, não sem antes lhes chamar a atenção para aquilo que deveriam refletir em suas próprias consciências. Isto porque a lei deve ser compreendida como παιδαγωγος (gr. pedagogo), um guia, um auxiliar para se chegar ao fim que ela realmente se destina – a justiça.

Exatamente por isto, segundo este princípio, as normas e as decisões têm de ser fundamentadas adequadamente, fatos relevantes devem ser levados em conta e devem, sobretudo, guardar proporção entre os meios e o fim a que se destina. É necessário verificar que a tipologia do princípio da proporcionalidade é marcada pela sua destinação, pois, como técnica de garantia contra o arbítrio, apresenta-se como instrumento de proibição de excesso, em ordem a permitir a revisão de todo e qualquer ato estatal que se dirija a interferir no patrimônio jurídico individual. Enfim, o princípio da proporcionalidade deve nortear a hermenêutica da Constituição Federal em sua totalidade.

Summary.

The Federal Constitution of 1988, has basic norms and contradictory legal principles between itself. As we know, there are no hierarchy between norms and the constitutional principles. Such divergences cannot shake the democratic State of right inhaled by the Brazilian society and consecrated by our Constitution. In order that crises between public and private State, citizens and agencies are prevented, or at least solved, it is necessity to apply a importance principle: the Principle of the Proportionality.

Key – words: Principle of the Proportionality. Basic rights and Guarantees. Constitutional hermeneutics.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A BÍBLIA SAGRADA. Trad. João Ferreira de Almeida. *Evangelho de João*. Capítulo 08. Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BARROS, Suzana de Toledo. *O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade das leis restritivas de direitos fundamentais*. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.

BARROSO, Luis Roberto. *O direito constitucional e a efetividade de suas normas. Limites e possibilidades da Constituição brasileira*. Rio de Janeiro: Renovar-São Paulo, 2003.

BUECHELE, Paulo Arminio Tavares. *O princípio da proporcionalidade e a interpretação constitucional*. Rio de Janeiro: Renovar, 1999.

CANOTILHO, J. J. Gomes. *Direito Constitucional e Teoria da Constituição*. Portugal: Almedina, 2002.

COMISSÃO EUROPÉIA. *O princípio da subsidiariedade e o papel dos parlamentos locais*. In: <http://europa.eu.int>. Acessado em 03.08.2004 e em 26.09.2005.

- GUERRA FILHO, Willis Santiago. *O princípio da proporcionalidade em direito constitucional e em direito privado no Brasil*. In: <http://www.mundojuridico.adv.br/html/artigos/documentos/texto347.htm>. Acessado em 03.08.2004.
- HÄBERLE, Peter. *Hermenêutica Constitucional*. Trad. Gilmar F. Mendes. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris, 1997.
- KELSEN, Hans. *Teoria Pura do Direito*. Trad. João Baptista Machado. Portugal: Arménio Amado – Sucessor, 1979.
- LIMA, George Marmelstein. *O princípio da proporcionalidade e o direito fundamental à ação*. In: www.jfce.gov.br. Acessado em 03.08.2004.
- MENDES, Gilmar Ferreira. *Hermenêutica constitucional e os direitos fundamentais*. Gilmar Ferreira Mendes, Inocência M. Coelho, Paulo Gustavo G. Branco. Brasília: Brasília Jurídica, 2000.
- MORAES, Alexandre de. *Direitos Humanos Fundamentais*. São Paulo: Atlas, 1998.
- REALE, Miguel. *Filosofia do Direito*. Vol. I e II. São Paulo: Saraiva, 1978.
- SARMENTO, Daniel. *A ponderação de interesses na Constituição Federal*. Rio de Janeiro: Lúmen Júris, 2000.
- STUMM, Raquel Denize. *Princípio da proporcionalidade no direito constitucional brasileiro*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1995.
- TAVARES, André Ramos. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Saraiva, 2002.